

Denúncia de cartel vai à Assembleia

O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazaré Alves, denunciou ontem à Assembleia Nacional Constituinte a existência de um cartel de países desenvolvidos que procura, de todas as formas possíveis, impedir a auto-suficiência do Brasil e demais países em desenvolvimento, mantendo-os como mercado cativo em diversos setores, particularmente com relação à tecnologia de ponta, como é o caso da energia nuclear.

"Não dominarmos a tecnologia do enriquecimento do urânio, por exemplo, é optarmos pela eterna importação de radioisótopos para os nossos 912 serviços médicos que deles fazem uso. Não calibrarmos os dosímetros

clínicos dos 208 serviços de radioterapia é sujeitarmos a enviá-los, anualmente, ao exterior para este fim. Não temos condições de irradiar a pimenta-do-reino exportada pelo porto de Belém para eliminar sua contaminação microbiológica e fazê-lo através de outros países, como o fizemos em 1986 com as 15 mil toneladas exportadas. Em resumo, é aceitarmos conviver com uma situação semelhante à época em que exportávamos hematita e bauxita e importávamos ferro e alumínio", comparou Nazaré Alves.

O cartel denunciado, segundo Rex Nazaré Alves, atua principalmente pelas severas restrições ao acesso de

tecnologias, equipamentos e combustíveis nucleares, com base em políticas e legislações que contrariam o interesse brasileiro, utilizando-se quase sempre do falso argumento de que assim agem em defesa de uma discutível política de não proliferação de armas nucleares que não os atinge, justamente por serem os únicos hoje com capacidade de fabricá-las.

Objetivos

Os objetivos pacíficos do programa autônomo brasileiro para domínio da tecnologia nuclear, segundo Rex Nazaré Alves, podem ser constatados pela assinatura do Tratado de Tlatelol-

co — que não impõe contrapartidas prejudiciais ao país — e a iniciativa do presidente Sarney de encaminhar à ONU proposta de desnuclearização do Atlântico Sul. A não assinatura do Tratado de não Proliferação Nuclear, afirmou o presidente da CNEN, é um ato de defesa do próprio desenvolvimento tecnológico brasileiro, que se venha acintosa e livremente fiscalizado pelos países do cartel, sem que estes permitissem o mesmo aos cientistas brasileiros, que continuariam impedidos mesmo de aproximarem-se dos grandes laboratórios e das pesquisas dos países desenvolvidos.

O programa autônomo brasileiro, continuou o presidente da CNEN, visa

a criar no país capacidade científica que lhe assegure a independência tecnológica, substituindo o processo de importação pelo de exportação, estendendo ainda seus benefícios a toda a população, inclusive à iniciativa privada, que já começa a se beneficiar dos êxitos obtidos até o momento.

Além da redução da vulnerabilidade brasileira, particularmente nas áreas sensíveis e de materiais, o programa autônomo visa a controlar as reservas estratégicas, mantendo estoques desses materiais de interesse da energia nuclear. Pretende, ainda, construir instalações em escala semi-industrial indispensáveis para a viabilidade industrial dos processos.